



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Impresso

Terça, 28 de janeiro de 2014

CNB busca apoio do Judiciário para execução de metas no MA

DIVULGAÇÃO



DESEMBARGADORA Cleonice com os integrantes do Colégio Notarial do Brasil, no Maranhão

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu, ontem, a visita de membros da diretoria do Colégio Notarial do Brasil (CNB-MA) – seção do Maranhão, criada em novembro de 2013, com cerca de 60 associados no estado.

A presidente da seccional do Colégio, Evelise Meister, comunicou a criação da entidade no Maranhão e solicitou apoio da presidência do Tribunal às metas e reivindicações do notariado local. Dentre elas, a implantação da con-

ciliação e mediação pelos cartórios; a expedição de cartas de sentença pelo tabelionato de notas; cursos de atualização dos notários e, ainda, a necessidade de instituir a regularização fundiária, principalmente quanto à emissão de títulos de propriedade de posseiros.

A desembargadora Cleonice Freire considerou válidas as propostas e sugeriu a sua apresentação por escrito ao Tribunal, a fim de que sejam encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, órgão disciplinador e fiscalizador das

atividades extrajudiciais no Poder Judiciário.

Segundo a presidente do Colégio, as solicitações apresentadas ao TJ-MA visam garantir “melhorias para a classe e também para a prestação dos serviços pela Justiça estadual”.

As solicitações foram apresentadas em conjunto pelos tabeliães Evelise Meister (presidente); Maxwell Franco (1º vice-presidente); Pedro Henrique Cavalcante (2º vice-presidente) e Angelo Vargas (1º secretário).

Presidente do TJ recebe visita de delegados da Polícia Civil

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu, ontem (27), a visita de membros da diretoria da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), liderados pelo presidente, Marconi Chaves Lima. A diretoria da Adepol cumprimentou a desembargadora pela posse na presidência do TJ-MA e manifestou apoio e confiança na nova gestão do Tribunal de Justiça, composta exclusivamente por mulheres.

Os delegados apresentaram uma pauta de reivindicações relacionadas às condições de trabalho da classe. "Falamos com a presidente das dificuldades que nós

temos enfrentado, quanto aos recursos humanos e materiais e nos colocamos à disposição do Judiciário, para o que for preciso", disse o presidente da associação.

Dentre os itens da pauta discutidos, os delegados defenderam o retorno ao funcionamento da Central de Inquéritos da comarca de São Luís, que já está sendo instalada pela Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário, na capital.

Os delegados manifestaram, ainda, preocupação com os beneficiários com direito a receber precatórios do ano de 2013, cujo pagamento está pendente, no sentido de que seja encontrada uma solução para o impasse criado pelo inadimplemento.

DIVULGAÇÃO



REPRESENTANTES DA ADEPOL apresentaram reivindicações à desembargadora Cleonice Freire

CNB busca apoio do Judiciário para execução de metas

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu nesta segunda-feira (27) a visita de membros da diretoria do Colégio Notarial do Brasil (CNB-MA) - seção do Maranhão, criada em novembro de 2013, com cerca de 60 associados no Estado.

A presidente da seccional do Colégio, Evelise Meister, comunicou a criação da entidade no Maranhão e solicitou apoio da presidência do Tribunal às metas e reivindicações do notariado local. Dentre elas, a implantação da conciliação e mediação pelos cartórios; a expedição de cartas de sentença pelo tabelionato de notas; cursos de atualização dos notários e, ainda, a necessidade de instituir a regularização fundiária, principalmente quanto à emissão de títulos de propriedade de posseiros.

A desembargadora Cleonice Freire considerou válidas as propostas e sugeriu a sua apresentação por escrito



Membros do CNB foram recebidos pela desembargadora Cleonice Freire

ao Tribunal, a fim de que sejam encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, órgão disciplinador e fiscalizador das atividades extrajudiciais no Poder Judiciário.

Segundo a presidente do

Colégio, as solicitações apresentadas ao TJMA visam garantir "melhorias para a classe e também para a prestação dos serviços pela Justiça estadual".

As solicitações foram

apresentadas em conjunto pelos tabeliães Evelise Meister (presidente); Maxwell Franco (1º vice-presidente); Pedro Henrique Cavalcante (2º vice-presidente) e Angelo Vargas (1º secretário).

INAUGURAÇÃO



A FRANQUEADA DO CNA, Jamila Tzah, com a advogada Davina Sousa, o promotor de Justiça Carlos Augusto e o pai Davi Gomes

A direção do CNA em São Luís reuniu convidados para inaugurar a nova unidade da escola de idiomas no Bairro da Cohama. A franquia atua há 40 anos no ensino de línguas estrangeiras. Em todo o Brasil,

a rede conta com 527 escolas e mais de 500 mil alunos matriculados. Em São Luís a franquia tem como diretora executiva, Jamila Tzah, a gerente de unidade Helena Olinda, e o coordenador pedagógico Hubert Macedo.

Presidente do TJMA se reúne com membros da ADEPOL

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu, nesta segunda-feira (27), a visita de membros da diretoria da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), liderados pelo presidente, Marconi Chaves Lima.

A diretoria da Adepol cumprimentou a desembargadora pela posse na

presidência do TJMA e manifestou apoio e confiança na nova gestão do Tribunal de Justiça, composta exclusivamente por mulheres.

Os delegados apresentaram uma pauta de reivindicações relacionadas às condições de trabalho da classe. "Falamos com a presidente das dificuldades que nós temos enfrentado, quanto aos recursos humanos e

materiais e nos colocamos à disposição do Judiciário, para o que for preciso", disse o presidente da associação.

Dentre os itens da pauta discutidos, os delegados defenderam o retorno ao funcionamento da Central de Inquéritos da comarca de São Luís, que já está sendo instalada pela Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário, na capital.

Os delegados manifestaram, ainda, preocupação com os beneficiários com direito a receber precatórios do ano de 2013, cujo pagamento está pendente, no sentido de que seja encontrada uma solução para o impasse criado pelo inadimplemento. Dentre os delegados da ativa, aposentados e os que têm direito aos precatórios, são 421 associados.

CNB BUSCA APOIO DO JUDICIÁRIO PARA EXECUÇÃO DE METAS NO MARANHÃO



A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu ontem a visita de membros da diretoria do Colégio Notarial do Brasil (CNB-MA) – seção do Maranhão, criada em novembro de 2013, com cerca de 60 associados no Estado. A presidente da seccional do Colégio, Evelise Meister, comunicou a criação da entidade no Maranhão e solicitou apoio da presidência do Tribunal às metas e reivindicações do notariado local.

Biblioteca movimentada

A Biblioteca do Tribunal de Justiça registrou 6.005 empréstimos aos usuários em 2013, dentre obras jurídicas e de literatura geral.

O setor possui em seu acervo cerca de 9.000 obras, provenientes de aquisições, permutas e doações.

O serviço de pesquisa é aberto à população diariamente, das 8h às 18h, na sede do Tribunal (Av. Pedro II – Centro).

Força-tarefa inicia a segunda etapa do mutirão carcerário

Biaman Prado



Defensores públicos do Maranhão e de outros estados reunidos na sede da Defensoria: mutirão reforçado

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

A segunda fase do mutirão carcerário, a etapa presencial, teve início ontem com uma reunião, na Defensoria Pública, entre os 21 defensores públicos do Maranhão e mais 34 defensores de outros estados que auxiliarão os trabalhos da força-tarefa no acompanhamento dos processos dos presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Nessa fase, juízes, promotores de Justiça e defensores públicos estarão frente a frente com cada um dos internos de unidades prisionais que ainda estão à espera de julgamento para serem sentenciados.

Segundo o defensor-geral do Maranhão, Aldy Mello Filho, essa segunda etapa do mutirão carcerário faz parte de um conjunto de 11 medidas emergenciais adotadas pelo Comitê Gestor de Ações Integradas para corrigir distorções no âmbito do Complexo de Pedrinhas. “Tivemos o início do mutirão no último dia 15, com a análise dos processos em tramitação nas varas criminais da Grande Ilha de São Luís. A partir de agora, esse trabalho será reforçado com a chegada de defensores públicos de outros estados que compõem a força nacional de

execução penal da Defensoria da União, que vão ampliar e potencializar essas atividades. O objetivo é fazer a revisão de todos os processos dos presos que estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas”, afirmou.

Aldy Filho garantiu que já foi solicitado da Corregedoria de Justiça do Estado o envio dos

processos de presos provisórios do interior do Maranhão, onde não existe Defensoria Pública. “Com isso, um grupo de defensores públicos ficará no Fórum Desembargador Sarney Costa analisando os processos, ingressando com as medidas judiciais, e outro grupo fará o atendimento presencial, ou seja, a entre-

vista com cada um dos apenados no CDP (Centro de Detenção Provisória) e no CCPJ (Centro de Custódia de Presos de Justiça), informando, inclusive, as medidas que forem adotadas para regular o andamento dos processos”, ressaltou.

Sistema - Um dos coordenadores do grupo, o defensor público da Maranhão, Paulo Rodrigues da Costa, informou que existem vários sistemas de acesso aos processos dos presos que precisam ser analisados pelo conjunto dos defensores públicos. “Hoje não há um único sistema nacional, muito embora houvesse uma previsão de que em 2012, esse sistema seria unificado. Aqui estão reunidos vários defensores de outros estados e em cada unidade da federação existe uma peculiaridade de atuação e circulação de in-

formações. Além de darmos assistência jurídica aos presos, traçaremos um diagnóstico de como serão as políticas de sistematização entre as instituições como Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria de Justiça, para que seja otimizada a questão do encarcerado”, frisou.

O defensor geral do Rio Grande do Sul, André Giroto, assinalou que a Força Nacional da Defensoria Pública é integrada por meio de vários defensores de outros estados que operam e trabalham por meio de um sistema de cooperação. Ele adiantou que os defensores de outros estados estão, inicialmente, conhecendo a forma de trabalho da Defensoria Pública do Maranhão.

“Terminada essa fase de apresentação, para que todos partam de um mesmo parâmetro, iremos operacionalizar o sistema e analisar a situação jurídica dos detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Toda análise dos processos será feita de forma individual dos presos e não se trata apenas da avaliação jurídica, mas também haverá a entrevista individual, porque o importante nesse processo é que o detento tenha conhecimento de sua situação jurídica, sabendo quando e por que ele está detido. A partir daí, isso gera uma ação de pacificação”, observou.

Iniciada segunda etapa do mutirão carcerário em SL

A segunda etapa do mutirão carcerário foi iniciada, ontem (27), pelo grupo de 55 defensores públicos (21 do Maranhão e 34 de outros estados) que integram a Força Nacional da Defensoria Pública formada. O trabalho integra uma das ações do Comitê de Gestão Integrada, presidido pela governadora Roseana Sarney.

Durante a manhã, foi apresentada aos defensores públicos que vieram de outros estados como é sistematizado e como se operacionaliza o sistema de Justiça do Maranhão. Depois da reunião, realizada na sede da Defensoria Pública (DPE), em São Luís, os defensores foram ao Fórum para iniciar a análise dos processos.

“Após a análise jurídica, vamos para uma entrevista individual com o preso, pois, o mais importante, é o detento ter conhecimento de sua situação jurídica. Saber da atual posição jurídica, a causa efetiva da sua

prisão, ajuda o processo de pacificação”, observou Andre Giroto, defensor do Rio Grande do Sul que, juntamente com o defensor Paulo Rodrigues da Costa, do Maranhão, coordena a Força Nacional da Defensoria Pública.

“No Fórum, vamos distribuir os processos, sendo um trabalho prévio no sentido de fazer toda uma busca no sistema sobre a situação de cada um dos presos”, explicou Paulo Rodrigues da Costa. Ele disse, ainda, que o grupo será dividido em equipes, sendo cada uma responsável por averiguar a situação dos presos provisórios, os definitivos, os que estão em regime semiaberto e aqueles que estão no sistema fechado.

O mutirão será realizado nas instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, inicialmente no Centro de Detenção Provisória (CDP), em seguida, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). O mutirão carcerário faz parte do plano de 11

medidas emergenciais, anunciada pelo governo do Maranhão, com o Ministério da Justiça para contornar a crise no sistema penitenciário.

O defensor-geral da DPE-MA, Aldy Mello Filho, destacou que o trabalho, iniciado ontem, reforça o que é realizado pelos defensores do Maranhão, deste o dia 15 deste mês, com o objetivo de promover a mais ampla revisão dos processos dos que estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele informou que foi solicitado, também, à Corregedoria de Justiça, os processos de presos provisórios onde não há defensoria. “Nos locais onde há defensoria, nós estamos em 26 comarcas e os defensores têm feito o acompanhamento desses processos”, contou.

GERALDO FURTADO



DEFENSORES PÚBLICOS traçam ações do mutirão carcerário em reunião

Durante o mutirão, os defensores vão identificar os detentos que têm direito à liberdade por estarem presos provisoriamente há mais tempo que o permitido por Lei, por já terem cumprido

a pena ou que tenham direito à progressão de regime e à liberdade condicional. O trabalho vai durar duas semanas. O mutirão dará agilidade aos processos dos presos e com isso se espera que diminua a tensão dentro da penitenciária.

Medidas – Entre outras medidas de emergências que foram anunciadas pelo governo do Estado e Ministério da Justiça, estão o Comitê Gestor de Ações Integradas (já criado em atuação),

remoção de presos, Plano de Ação Integrada de Inteligência prisional, reforço no auxílio da Força Nacional, Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional, implantação de Núcleo de Atendimento a Familiares de Presos (saúde e assistência psicológica), integração do Ministério Público e Poder Judiciário, implantação de plano de atendimento e capacitação de policiais envolvidos diretamente em ações de segurança, penas al-

ternativas e monitoramento eletrônico e a construção de novas unidades prisionais.

Atualmente, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o MP (Ministério Público Estadual) estão realizando o mutirão processual, que começou no último dia 15 e analisa os processos de todos os presos provisórios e definitivos de todo o estado. O mutirão processual ocorre até o mês de abril, no Fórum de São Luís.

MIUDINHAS

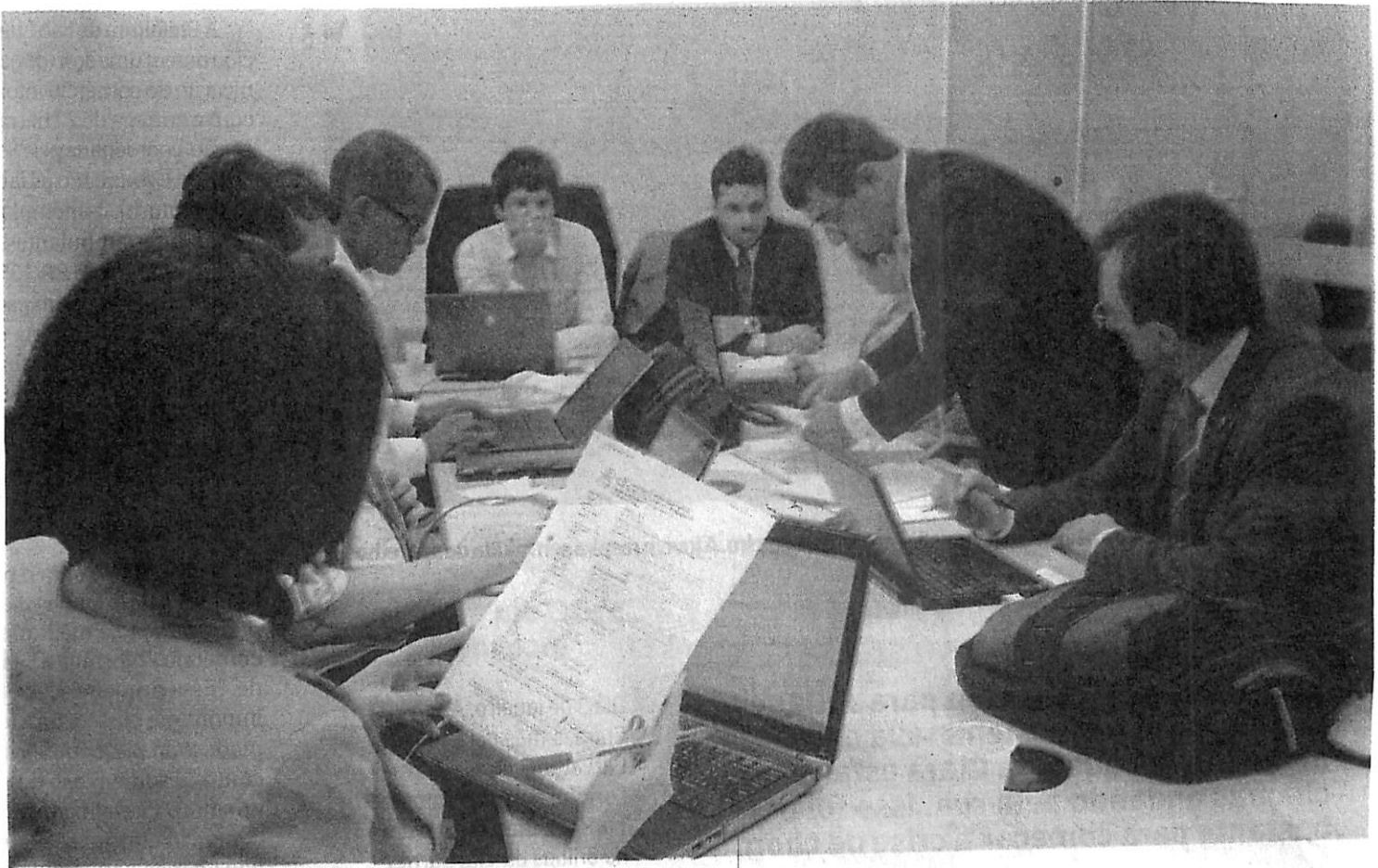
- Segundo a chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa, Marley Sousa, são realizadas cerca de 500 pesquisas mensais pelos usuários, referentes à legislação do Judiciário estadual.

- Tudo isso por meio do Digidoc (sistema administrativo do Judiciário), telefone, pelo link “fale conosco”, por e-mail ou pessoalmente.

- A segunda etapa do mutirão carcerário foi iniciada, nesta segunda-feira (27), pelo grupo de 55 defensores públicos (21 do Maranhão e 34 de outros estados) que integram a Força Nacional da Defensoria Pública formada.

- A Prefeitura de São Luís iniciou, ontem, a entrega de barracas padronizadas para utilização no comércio informal.

Defensores vão a Pedrinhas



Defensores públicos têm o objetivo de acelerar os processos criminais e reduzir a superlotação nas celas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas

SANDRA VIANA

Defensores públicos visitam, na tarde de hoje, o Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas (CDP) como parte das ações da segunda etapa do mutirão carcerário promovido pela Defensoria Pública do Estado. Na ocasião, os internos passarão por entrevista e serão informados de sua situação processual. A expectativa é que sejam analisados pelo menos 2,7 mil processos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, tanto de presos que possuem sentença (definitivos), quanto os 1.525 que ainda aguardam julgamento (provisórios). “O objetivo é fazer a revisão dos processos que tramitam nas varas criminais e somar na diminuição dos números de superlotação no sistema”, destacou o defensor-geral do estado, Aldy Mello Filho. Esta é segunda etapa do mutirão, que iniciou-se dia 15 e prossegue até 10 de fevereiro.

O grupo de defensores, promotores e juízes vai atuar simultaneamente no fórum, ingressando com as medidas judiciais e outro grupo, nas detenções colhendo informação e orientando. O trabalho é feito com base em lista apresentada pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), contendo os nomes dos detentos que não estão com a situação processual em dias, da Grande Ilha, incluindo São José de Ribamar. O número de processos a serem analisados está em fase de levantamento pela Corregedoria de Justiça do TJMA. Aldy Mello reconhece o déficit de defensores públicos no Maranhão, mas defende que, “onde há Defensoria Pública o acompanhamento tem sido realizado de forma sistemática”.

A Defensoria mantém ainda um Núcleo de Execução Penal, formado por sete defensores, que realizam acompanhamento semanal no Complexo de Pedrinhas. O maior impasse, aponta, são os presos do interior do estado que estão detidos na capital, mas têm o processo julgado nas comarcas de seu município. “Onde não há comarcas, o processo fica parado ou emperra”, explica o defensor geral. Dos 217 municípios apenas 56 possuem defensores públicos, sendo 26 comarcas, número que supera o de três anos atrás, quando eram apenas seis. Contudo, a cobertura ainda é pequena. São apenas 24% de regiões atendidas. “Com isso, algumas localidades ficam desassistidas. Não é a causa de toda a crise no sistema, mas certamente contribui para o problema da superlotação”, reconhece o defensor-geral.

A ação conta com 51 defensores públicos, sendo 21 do Maranhão e os demais compõem a força nacional em execução penal da Defensoria e foram cedidos pelos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Ceará. O Tribunal de Justiça, por meio da Corregedoria, também integra a ação e irá se ocupar do envio dos processos de presos do interior do estado que estão no Complexo, para que sejam analisados. A ação tem ainda parceria com o Ministério Público. “Nossa expectativa é garantir esse atendimento regular e dar andamento aos processos. Em momento de crise, quando o mutirão reúne as três esferas do sistema de justiça permite que o sistema possa corrigir desequilíbrios e deficiências”, explicou o defensor geral, Aldy Mello. Em seis anos, este é o quinto mutirão carcerário realizado no Maranhão.

Faltam defensores

O sistema de justiça tem procurado sanar as dificuldades e mudar a situação no sistema carcerário, mas é preciso regularidade em ações como os mutirões, aponta o defensor. Há a necessidade da nomeação de mais defensores, com base no déficit do estado, que é considerado muito baixo pela Defensoria Pública. “É preciso criar cargos, por meio de projeto do Poder executivo, destinar orçamento para agregar estes profissionais e criar defensorias nos municípios”, pontua. Atualmente são 120 profissionais, mas seriam necessários para atender à demanda cerca de 200, segundo o Ministério da Justiça. Já o Mapa das Defensorias Públicas no Brasil aponta a necessidade de mais 395 defensores. O documento foi construído pela Associação das Defensorias Públicas do Brasil (Adep) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os dados consideram a proporção de um defensor para cada 15 mil habitantes, com renda até três salários mínimos.

Para saber mais

Crise no sistema

O Complexo Penitenciário de Pedrinhas vem sendo foco de uma crise que culminou em ataques a ônibus na capital, quatro feridos, sendo dois graves, e a morte de uma criança de seis anos, no início deste mês. Os presídios do complexo também têm chamado a atenção de organizações de direitos humanos após denúncias de que presos foram decapitados e mulheres estupradas em dias de visitas. Só este ano, três pessoas morreram nas detenções do Complexo.

Líder de facção é condenado

O conselho de sentença da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís condenou, o criador da facção criminosa PCM (Primeiro Comando do Maranhão), Moisés Magno Rodrigues, o "Saddam", de 36 anos.

Ele foi levado a júri popular ontem, acusado da morte de um detento ocorrida em 2007, na Casa de Detenção do complexo prisional de Pedrinhas.

A sentença foi proferida pelo juiz Gilberto do Moura Lima, que condenou o réu a 24 anos, 9 meses e 15 dias de prisão.

Saddam não poderá recorrer em liberdade e continuará preso no presídio federal de Porto Velho.

Esta foi a terceira condenação por assassinato – nas condenações anteriores, ele havia pego 10 e 13 anos de prisão, respectivamente.

Saddam foi pronunciado pelo crime em março de 2012. Segundo a denúncia do MP (Ministério Público do Maranhão), ele é acusado de assassinar a golpes de uma faca artesanal o detento Luís Augusto Costa Muniz. O crime aconteceu no dia 1º de julho de 2007.

A denúncia aponta que o ataque aconteceu na quadra de esportes da unidade, durante banho de sol. A vítima teria sido atacada logo ao entrar no local, em chance de defesa.

A defesa de Saddam, feita por advogado dativo – nomeado por uma magistrado para defesa de réu de baixa renda e sem acesso a defensor público em ação criminal –, pediu a absolvição por legítima defesa.

Líder de facção

Saddam é apontado como o responsável pela criação do PCM. A facção surgiu aglutinando detentos do interior, no início dos anos 2000, que cumpriam pena em Pedrinhas. Na ocasião, detentos da capital dominavam e extorquiam detentos do interior.

Saddam teria sido o responsável por unir os presos do interior a se rebelar contra os da capital, que mantinha a facção Bonde dos 40.

Teve início então uma sangrenta história de disputa entre os presos dentro de Pedrinhas. Entre 2007 e 2013, 173 mortes foram registradas no local, a grande maioria por disputa entre as facções. Neste ano, três presos já foram assassinados no complexo.

Mão na massa

Os defensores públicos do Maranhão e seu colegas de vários estados definiram ontem, em reunião, a estratégia de atuação dentro dos presídios, pelo mutirão carcerário, envolvendo várias instituições, como o Executivo e o Judiciário. O trabalho é duro, e para muitos, uma experiência pra lá de construtiva.

Indiciados pela morte de Décio Sá vão a júri popular na próxima semana

Os primeiros a irem a júri popular nos dias 3, 4 e 5 são os executores do crime. Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 29 anos, o piloto de fuga do assassino, e o autor confesso do homicídio, Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, vão responder juntos pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha.

O julgamento será realizado no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, bairro Calhau, por decisão do juiz Osmar Gomes dos Santos, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri.

De acordo com a denúncia ao Ministério Público, Jho-

natan de Sousa Silva foi contratado por uma quadrilha de agiotas para matar Décio Sá.

O motivo seria porque no dia 31 de março de 2012 (23 dias antes do crime) o jornalista denunciou em seu blog (blogdodecio.com.br) que a morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, na cidade de Teresina-PI, havia sido encomendada por uma rede de agiotagem, estabelecida no Maranhão. O blogueiro foi o primeiro a atribuir a autoria desse crime à quadrilha.

De acordo com a Polícia Civil, a organização criminosa que faturava milhões com desvios de verbas públicas

municipais e federais, destinadas a várias prefeituras maranhenses, era liderada pelo agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 36 anos, e o pai dele, o aposentado José de Alencar Miranda de Carvalho, de 74 anos.

Em setembro de 2012, o MP denunciou 12 pessoas pelo assassinato de Décio Sá e, em agosto de 2013, 11 foram pronunciadas a júri popular.

Na lista de réus estão ainda Elker Farias Veloso, de 28 anos, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bochecha, de 34 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão, de 28 anos, único ainda foragido, e que até divulgou um vídeo na internet

alegando inocência.

Também compõe a relação de pronunciados a júri popular os dois policiais civis Alcides Nunes da Silva, de 56 anos, e Joel Durans Medeiros, de 59 anos, ambos afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), e o capitão da PM, Fábio Aurélio Sarai-va Silva, o Fábio Capita, de 38 anos, ex-comandante do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque) da Polícia Militar. O oficial aparece no inquérito como suposto fornecedor da arma do crime, mas é o único que conseguiu *habeas corpus* da Justiça.

Lago da Pedra terá casamento comunitário no mês de março

A 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra vai promover, no mês de março, duas etapas do projeto "Casamentos Comunitários", nos municípios de Lago do Junco e Lagoa Grande, que são termos judiciários de Lago da Pedra. De acordo com as portarias editadas pela juíza Marilse Medeiros, titular da unidade judicial, as cerimônias estão marcadas para as datas de 12 de março em Lago do Junco, e 18 de março em Lagoa Grande.

A cerimônia no Município de Lago do Junco será às 17h, na Quadra Poliesportiva Chico Campos, situada no Conjunto Habitacional Anderson Farias, Centro.

Já em Lagoa Grande, a solenidade vai acontecer às 9h, na Quadra Poliesportiva anexa à Escola José Nozinho, que fica no Centro da cidade. As inscrições para participar das duas solenidades aconteceram na semana passada e em breve será divulgado o número de casais inscritos.

"Faz-se necessário esclarecer que o projeto Casamentos Comunitários, ainda que admitidas parcerias com setor privado e com instituições públicas, é uma iniciativa exclusiva do Poder Judiciário, desvinculado de qualquer outra pessoa ou entidade, inclusive de partidos políticos, políticos e candidatos a cargos públicos eletivos", explica a magistrada.

Lago da Pedra terá casamento comunitário no mês de março

A 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra vai promover, no mês de março, duas etapas do projeto "Casamentos Comunitários", nos municípios de Lago do Junco e Lagoa Grande, que são termos judiciários de Lago da Pedra. De acordo com as portarias editadas pela juíza Marilse Medeiros, titular da unidade judicial, as cerimônias estão marcadas para as datas de 12 de março em Lago do Junco, e 18 de Março em Lagoa Grande.

A cerimônia no Município de Lago do Junco será às 17 horas, na Quadra Poliesportiva Chico Campos, situada no Conjunto Habitacional Anderson Farias, Centro. Já em Lagoa Grande, a solenidade vai acontecer às 9h da manhã, na

Quadra Poliesportiva anexa à Escola José Nozinho, que fica no Centro da cidade. As inscrições para participar das duas solenidades aconteceram na semana passada e em breve será divulgado o número de casais inscritos.

"Faz-se necessário esclarecer que o projeto Casamentos Comunitários, ainda que admitidas parcerias com setor privado e com instituições públicas, é uma iniciativa exclusiva do Poder Judiciário, desvinculado de qualquer outra pessoa ou entidade, inclusive de partidos políticos, políticos e candidatos a cargos públicos eletivos", explica a ma-

gistrada.

Os documentos que instituem a realização do casamento na comarca consideram que é dever constitucional de facilitar a conversão de união de pessoas em casamento, principalmente quando se trata de casais de comunidades carentes, que não têm condições de arcar com as despesas de cartório. "O casamento comunitário busca, exatamente, legalizar relações já constituídas, bem como unir oficialmente pessoas que pretendem estabelecer uma relação conjugal", destaca Marilse Medeiros.

Estão aptos a participar das cerimônias os casais residentes nos municípios citados, que possuam baixa renda familiar, especialmente aqueles cadastrados nos programas do Governo Federal e que possuam NIS (Número de Identificação Social), para as pessoas que não têm PIS.

As Portarias enfatizam que a assistência judiciária integral e gratuita é direito fundamental, constitucionalmente previsto, e o seu exercício não pode ser limitado. "Quando da realização da cerimônia de casamento comunitário há a possibilidade de dispensar a utilização do selo de fiscalização, em razão da expressa autorização de juiz de família ou da Corregedoria Geral da Justiça, para fins de controle administrativo, sem qualquer prejuízo fiscal", ressalta.

Segunda etapa do Mutirão Carcerário é iniciada em São Luís

A segunda etapa do mutirão carcerário foi iniciada, nesta segunda-feira (27), pelo grupo de 55 defensores públicos (21 do Maranhão e 34 de outros estados) que integram a Força Nacional da Defensoria Pública formada. O trabalho integra uma das ações do Comitê de Gestão Integrada, presidido pela governadora Roseana Sarney.

Durante a manhã, foi apresentada aos defensores públicos que vieram de outros estados como é sistematizado e como se operacionaliza o sistema de Justiça do Maranhão. Depois da reunião, realizada na sede da Defensoria Pública (DPE), em São Luís, os defensores foram ao Fórum para iniciar a análise dos processos.

"Após a análise jurídica, vamos para uma entrevista individual com o preso, pois, o mais importante, é o detento ter conhecimento de sua situação jurídica. Saber da atual posição jurídica, a causa efetiva da sua prisão, ajuda o processo de pacificação", observou Andre Giroto, defensor do Rio Grande do Sul que, juntamente com o defensor Paulo Rodrigues da Costa, do Maranhão, coordena a Força Nacional da Defensoria Pública.

"No Fórum, vamos distribuir os processos, sendo um trabalho prévio no sentido de fazer toda uma busca no sistema sobre a situação de cada um dos

presos", explicou Paulo Rodrigues da Costa. Ele disse, ainda, que o grupo será dividido em equipes, sendo cada uma responsável por averiguar a situação dos presos provisórios, os definitivos, os que estão em regime semiaberto e aqueles que estão no sistema fechado.

O mutirão será realizado nas instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, inicialmente no Centro de Detenção Provisória (CDP), em seguida, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). O mutirão carcerário faz parte do plano de 11 medidas emergenciais, anunciado pelo governo do Maranhão, com o Ministério da Justiça para contornar a crise no sistema penitenciário.

O defensor-geral da DPE-MA, Aldy Mello Filho, destacou que o trabalho, iniciado nesta segunda-feira (27), reforça o que é realizado pelos defensores do Maranhão, deste o dia 15 deste mês, com o objetivo de promover a mais ampla revisão dos processos dos que estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele informou que foi solicitado, também, à Corregedoria de Justiça, os processos de presos provisórios onde não há defensoria. "Nos locais onde há defensoria, nós estamos em 26 comarcas e os defensores têm feito o acompanhamento desses processos",



Defensores traçam ações do mutirão carcerário em reunião contou.

Durante o mutirão, os defensores vão identificar os detentos que têm direito à liberdade por estarem presos provisoriamente há mais tempo que o permitido por Lei, por já terem cumprido a pena ou que tenham direito à progressão de regime e à liberdade condicional. O trabalho vai durar duas semanas. O mutirão dará agilidade aos processos dos presos e com isso espera-se que diminua a tensão dentro da penitenciária.

Medidas - Entre outras medidas emergências que foram anunciadas pelo Governo do Estado e Ministério da Justiça, estão o Comitê Gestor de Ações Integradas (já criado em atuação), remoção de presos, Plano de Ação Integrada de Inteligência prisional, reforço no auxílio da Força Nacional, Plano de

Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional, implantação de Núcleo de Atendimento a Familiares de Presos (saúde e assistência psicológica), integração do Ministério Público e Poder Judiciário, implantação de plano de atendimento e capacitação de policiais envolvidos diretamente em ações de segurança, penas alternativas e monitoramento eletrônico e a construção de novas unidades prisionais.

Atualmente o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o MP (Ministério Público Estadual) estão realizando o mutirão processual, que começou no último dia 15 e analisa os processos de todos os presos provisórios e definitivos de todo o estado. O mutirão processual ocorre até o mês de abril, no Fórum de São Luís.

Força-tarefa

Já estão em São Luís os 34 defensores públicos de outros estados que irão atuar na força-tarefa do mutirão carcerário em Pedrinhas.

Ontem, houve a primeira reunião para que os defensores possam conhecer a dinâmica de trabalho da Defensoria Pública do Maranhão.

O próximo passo será conhecer os processos que estão no Fórum da capital, para depois ir à unidade prisional de Pedrinhas.

Banco dos réus

O julgamento dos 11 acusados na trama que assassinou o jornalista Décio Sá, 42 anos, começa na próxima semana.

O crime ocorreu no dia 23 de abril de 2012, na Avenida Litorânea, em São Luís, quando Décio Sá foi bárbara e covardemente executado a mando de facínoras.

Os primeiros a sentar no banco dos réus serão o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, o executor, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, que deu fuga ao assassino.



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Digital

Terça, 28 de janeiro de 2014

CNB busca apoio do Judiciário para execução de metas

Publicação: 27/01/2014 18:30



A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu nesta segunda-feira (27) a visita de membros da diretoria do Colégio Notarial do Brasil (CNB-MA) – seção do Maranhão, criada em novembro de 2013, com cerca de 60 associados no Estado.

A presidente da seccional do Colégio, Evelise Meister, comunicou a criação da entidade no Maranhão e solicitou apoio da presidência do Tribunal às metas e reivindicações do notariado local. Dentre elas, a implantação da conciliação e mediação pelos cartórios; a expedição de cartas de sentença pelo tabelionato de notas; cursos de atualização dos notários e, ainda, a necessidade de instituir a regularização fundiária, principalmente quanto à emissão de títulos de propriedade de posseiros.

A desembargadora Cleonice Freire considerou válidas as propostas e sugeriu a sua apresentação por escrito ao Tribunal, a fim de que sejam encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, órgão disciplinador e fiscalizador das atividades extrajudiciais no Poder Judiciário.

Segundo a presidente do Colégio, as solicitações apresentadas ao TJMA visam garantir “melhorias para a classe e também para a prestação dos serviços pela Justiça estadual”.

As solicitações foram apresentadas em conjunto pelos tabeliães Evelise Meister (presidente); Maxwell Franco (1º vice-presidente); Pedro Henrique Cavalcante (2º vice-presidente) e Angelo Vargas (1º secretário).

Presidente do TJMA recebe visita de delegados da Polícia Civil

Publicação: 27/01/2014 19:00



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu, nesta segunda-feira (27), a visita de membros da diretoria da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), liderados pelo presidente, Marconi Chaves Lima.

A diretoria da Adepol cumprimentou a desembargadora pela posse na presidência do TJMA e manifestou apoio e confiança na nova gestão do Tribunal de Justiça, composta exclusivamente por mulheres.

Os delegados apresentaram uma pauta de reivindicações relacionadas às condições de trabalho da classe. “Falamos com a presidente das dificuldades que nós temos enfrentado, quanto aos recursos humanos e materiais e nos colocamos à disposição do Judiciário, para o que for preciso”, disse o presidente da associação.

Dentre os itens da pauta discutidos, os delegados defenderam o retorno ao funcionamento da Central de Inquéritos da comarca de São Luís, que já está sendo instalada pela Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário, na capital.

Os delegados manifestaram, ainda, preocupação com os beneficiários com direito a receber precatórios do ano de 2013, cujo pagamento está pendente, no sentido de que seja encontrada uma solução para o impasse criado pelo inadimplemento. Dentre os delegados da ativa, aposentados e os que têm direito aos precatórios, são 421 associados.



Empréstimos em 2013 - 27/01/2014 às 11h36

Biblioteca do TJMA registra mais de 6 mil empréstimos em 2013



A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou 6.005 empréstimos aos usuários em 2013, dentre obras jurídicas e de literatura geral. O setor possui em seu acervo cerca de 9.000 obras, provenientes de aquisições, permutas e doações. O serviço de pesquisa é aberto à população diariamente, das 8h às 18h, na sede do Tribunal (Av. Pedro II – Centro).

Segundo a chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa, Marley Sousa, são realizadas cerca de 500 pesquisas mensais pelos usuários, referentes à legislação do Judiciário estadual, por meio do Digidoc (sistema administrativo do Judiciário), telefone, pelo link “fale conosco”, por e-mail ou pessoalmente.



Visita - 27/01/2014 às 15h30

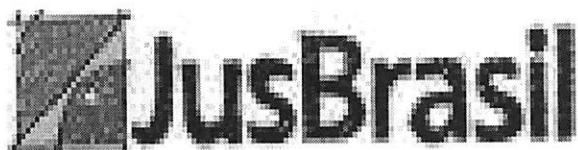
Presidente do TJMA recebe visita de delegados da Polícia Civil do Maranhão



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu, nesta segunda-feira (27), a visita de membros da diretoria da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), liderados pelo presidente, Marconi Chaves Lima.

A diretoria da Adepol cumprimentou a desembargadora pela posse na presidência do TJMA e manifestou apoio e confiança na nova gestão do Tribunal de Justiça, composta exclusivamente por mulheres.

Os delegados apresentaram uma pauta de reivindicações relacionadas às condições de trabalho da classe. “Falamos com a presidente das dificuldades que nós temos enfrentado, quanto aos recursos humanos e materiais e nos colocamos à disposição do Judiciário, para o que for preciso”, disse o presidente da associação.



Biblioteca do TJMA registra mais de 6 mil empréstimos em 2013

Publicado dia 27 de janeiro de 2014 - 4 horas atrás

Nova ferramenta de busca é testada pela equipe da Biblioteca e o diretor de Informática, Jorge Oliveira (centro) Foto: Ribamar Pinheiro

A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou 6.005 empréstimos aos usuários em 2013, dentre obras jurídicas e de literatura geral. O setor possui em seu acervo cerca de 9.000 obras, provenientes de aquisições, permutas e doações. O serviço de pesquisa é aberto à população diariamente, das 8h às 18h, na sede do Tribunal (Av. Pedro II Centro).

Segundo a chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa, Marley Sousa, são realizadas cerca de 500 pesquisas mensais pelos usuários, referentes à legislação do Judiciário estadual, por meio do Digidoc (sistema administrativo do Judiciário), telefone, pelo link fale conosco, por e-mail ou pessoalmente.

NOVA FERRAMENTA Para facilitar a busca de atos administrativos e legislações no portal do Tribunal de Justiça do Maranhão, uma nova ferramenta eletrônica será implantada no sistema da Biblioteca.

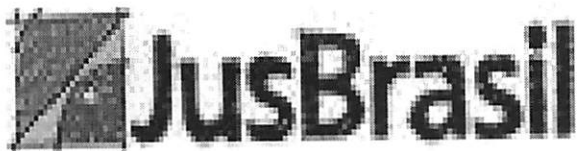
Estamos, juntamente com a Diretoria de Informática, analisando as dificuldades e soluções a serem integradas ao sistema para agilizar as pesquisas pelo site, disse a coordenadora da Biblioteca, Cíntia Valéria Andrade, acrescentando que a ferramenta irá interligar as informações disponíveis no Sistema de Automação das Bibliotecas (**SIABI**) com as do Portal do Judiciário.

SERVIÇOS - Os servidores que desejarem ter acesso a todos os serviços oferecidos pela Biblioteca devem comparecer ao local e realizar o seu cadastro, apresentando documento que comprove o vínculo com o Judiciário. Os usuários também podem sugerir a aquisição de novas obras.

Além de gerenciar empréstimos e pesquisas, o setor é responsável pelo cadastro de atos administrativos e legislação (portarias, editais, resoluções, leis complementares, leis ordinárias estaduais, Regimento Interno e Código de Divisão e Organização Judiciárias); elaboração de sumários correntes eletrônicos de periódicos de circulação nacional da área jurídica; envio de acórdãos, publicados na Revista dos Tribunais On-Line aos desembargadores relatores; pesquisa de obras e publicações a serem adquiridas para compor o acervo próprio.

Mais de 8.000 atos normativos e legislações estão cadastrados no **SIABI**. Desse total, 1.859 foram cadastrados no ano passado.

O trabalho é feito por uma equipe de 15 servidores, sendo seis analistas bibliotecárias, duas auxiliares, quatro técnicos, dois chefes de divisão e uma coordenadora.



CNB busca apoio do Judiciário para execução de metas no Maranhão

Dia 27/01/2014 - Publicado 4 horas atrás

Membros do CNB no Maranhão foram recebidos pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire (Foto: Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, recebeu nesta segunda-feira (27) a visita de membros da diretoria do Colégio Notarial do Brasil (CNB-MA) seção do Maranhão, criada em novembro de 2013, com cerca de 60 associados no Estado.

A presidente da seccional do Colégio, Evelise Meister, comunicou a criação da entidade no Maranhão e solicitou apoio da presidência do Tribunal às metas e reivindicações do notariado local. Dentre elas, a implantação da conciliação e mediação pelos cartórios; a expedição de cartas de sentença pelo tabelionato de notas; cursos de atualização dos notários e, ainda, a necessidade de instituir a regularização fundiária, principalmente quanto à emissão de títulos de propriedade de posseiros.

A desembargadora Cleonice Freire considerou válidas as propostas e sugeriu a sua apresentação por escrito ao Tribunal, a fim de que sejam encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, órgão disciplinador e fiscalizador das atividades extrajudiciais no Poder Judiciário.

Segundo a presidente do Colégio, as solicitações apresentadas ao TJMA visam garantir melhorias para a classe e também para a prestação dos serviços pela Justiça estadual.

As solicitações foram apresentadas em conjunto pelos tabeliães Evelise Meister (presidente); Maxwell Franco (1º vice-presidente); Pedro Henrique Cavalcante (2º vice-presidente) e Angelo Vargas (1º secretário).



Blog do
**Raimundo
Garrone**

Assinar Feeds

Política

TJ privatiza estacionamento na Rua de Nazaré no centro histórico

Publicado em 27 de janeiro de 2014 por raimundogarrone



Rua de Nazaré: de um lado, obras e depois cones, reservando vagas para os desembargadores

Além de todas as vantagens e direito a segurança particular da Polícia Militar, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão resolveram agora privatizar – ou melhor tomar para si – os estacionamentos na Rua de Nazaré, no centro histórico de São Luís.

Vários cones reservam a vaga para os carrões dos desembargadores, e que se dane o cidadão comum que é obrigado a pagar estacionamento particular ao custo mínimo de R\$ 4 a hora.

O pior é que os ditos possuem motoristas particulares, que podem muito bem deixa-los na porta do trabalho e ir procurar uma vaga, até que o Tribunal construa uma garagem específica para seus veículos.

O que não pode é privatizar a rua, como se fora sua. Até mesmo quando não há carros para estacionar, não é permitido que o cidadão que paga seus impostos utilizar a rua de Nazaré.

Tem sempre um guarda de prontidão proibindo quem assim deseja. Nem mesmo os próprios funcionários do TJ são autorizados a estacionar. Só mesmo os altos escalões. A rua, senhores desembargadores, é do povo!



CNJ suspende ato de Nelma Sarney que renderia R\$ 780 mil por mês a advogado em cartório

Publicado em 27 de janeiro de 2014 por Gilberto Leda

O conselheiro Gilberto Valente deferiu na sexta-feira (24) pedido de Walkíria Serra Souza e suspendeu os efeitos do ato da corregedora-geral de Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, que determinava uma intervenção no cartório da 1ª Zona de Imóveis da Capital, administrado interinamente pela cartorária. Walkíria havia sido afastada por Nelma por suspeitas de irregularidades. O comando do cartório, então, ficaria nas mãos do advogado Jorge Henrique Macedo Oliveira. Mas a nomeação agora perdeu efeito.

“A Exma. Des. Corregedora-Geral da Justiça optou pela realização do afastamento cautelar da referida interina e pela nomeação de interventor da unidade, o advogado Dr. Jorge Henrique Macedo Oliveira, pessoa estranha aos serviços extrajudiciais. Ainda que, em tese, seja admitida a excepcional possibilidade de afastamento cautelar de interino [...], deveria a nomeação de interventor nortear-se pela referida Lei e pela Resolução nº 80/2009 do CNJ. [...] Assim, se não houver na própria serventia outro substituto apto para responder pela delegação vaga (art. 36, § 2º, da Lei nº 6.015/94), deve a nomeação recair sobre preposto de outra unidade do serviço extrajudicial, em conformidade com a sistemática adotada na Resolução nº 80/2009 do CNJ”, despachou.

O conselheiro assutou-se, também, com o valor da remuneração arbitrada pela magistrada ao advogado: 60% do faturamento bruto do cartório. Uma fortuna!

“No presente caso, além da intervenção recair sobre pessoa estranha ao serviço extrajudicial, foi fixado em favor do interventor remuneração de 60% (sessenta por cento) da renda bruta da unidade (DOC73) que, conforme informado no sistema Justiça Aberta, foi de R\$ 7.866.190,33 no primeiro semestre do ano de 2012. Não é lógico, nem razoável, que a interina afastada cautelarmente esteja sujeita ao teto remuneratório de 90,25% da renda líquida da delegação vaga, mas o interventor nomeado para responder temporariamente pela delegação vaga tenha remuneração mensal aproximada de R\$ 786.000,00 (considerada a renda no primeiro semestre de 2013)”, opinou.

Na decisão, Gilberto Valente determina, ainda, que Nelma Sarney delibere, em 90 dias, sobre a manutenção, ou não, de Walkíria Serra Souza Menezes para responder interinamente pela delegação vaga da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís. O que só deve ocorrer após a finalização do processo disciplinar que ela esta responde.

“Em qualquer caso, se houver a necessidade de nomeação de novo interino ou interventor, observados os parâmetros fixados na Resolução CNJ nº 80/2009 e o teto remuneratório de 90,25% dos vencimentos de Ministro do Supremo Tribunal Federal”, completou.